



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	5652/989/19
Poder	LEGISLATIVO
Município	Osasco
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE OSASCO
Período	12/2019
Relator	Dr. Sidney Estanislau Beraldo
Unidade Fiscalizadora	05ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
Responsável	RIBAMAR ANTONIO DA SILVA
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	214.629.008-01
Período de Gestão	01/01/2019 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº 02/2016 e na Ordem de Serviço SDG 01/2017, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
Atualização do Cadastro Geral de Entidades Mensal	12	2019

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE OSASCO	R\$ 0.00	R\$ 748.346,10

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE OSASCO	R\$ 2.937.523,77	R\$ 560.420,36	R\$ 187.925,74

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE OSASCO	R\$ 173,34	R\$ 2.937.350,43	R\$ 374.173,34

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2018	R\$ 32.181.896,06	R\$ 2.107.028.319,36	1,5274%	6,0000%
4/2019	R\$ 33.453.657,27	R\$ 2.231.645.668,76	1,4991%	6,0000%
8/2019	R\$ 33.581.661,72	R\$ 2.425.288.465,09	1,3846%	6,0000%
12/2019	R\$ 36.155.112,82	R\$ 2.517.215.484,99	1,4363%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2019	R\$ 33.727.457,58	R\$ 2.389.299.651,76	1,4116%	1,4116%

7/2019	R\$ 33.629.991,29	R\$ 2.406.341.898,53	1,3976%	1,4116%
8/2019	R\$ 33.581.661,72	R\$ 2.425.288.465,09	1,3846%	1,4116%
9/2019	R\$ 33.538.633,06	R\$ 2.436.536.229,40	1,3765%	1,4116%
10/2019	R\$ 33.610.575,89	R\$ 2.462.282.681,54	1,3650%	1,4116%
11/2019	R\$ 33.885.280,55	R\$ 2.484.701.639,06	1,3638%	1,4116%
12/2019	R\$ 36.155.112,82	R\$ 2.517.215.484,99	1,4363%	1,4116%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2019, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 1,4363%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2019, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2019, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 6.396.927,98
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 331.870,16
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 6.065.057,82
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 2.937.523,77
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 173,34
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 2.937.350,43
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-51,5693%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

--	--	--	--	--

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 173,34	R\$ 0,00	R\$ 173,34
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 748.346,10	R\$ 2.937.350,43	R\$ 748.346,10	R\$ 2.937.350,43
Consignações	R\$ 38.678,61	R\$ 7.994.604,51	R\$ 7.967.138,63	R\$ 66.144,49
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 902.743,46	R\$ 62.806.066,98	R\$ 59.814.727,26	R\$ 3.894.083,18
Total	R\$ 1.689.768,17	R\$ 73.738.195,26	R\$ 68.530.211,99	R\$ 6.897.751,44

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 48,55%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 63.000.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 30.587.888,30
Despesa com folha/Transferências realizadas	48,55%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 1.687.844.528,48
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 1.711.308.386,92
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 3.893.225,91
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite (sem CIP)	0,23%
Apuração do limite (com CIP)	0,23%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,23%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	697886
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 1.687.844.528,48
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 1.711.308.386,92
Percentual Máximo Permitido	4,50%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 68.452.335,47
Total de Despesas do exercício	R\$ 55.135.284,82
Percentual Apurado (sem CIP)	3,27%
Percentual Apurado (com CIP)	3,22%

(*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 3,22%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 14/02/2020
Hora da Geração: 22:57:24